

Brasil está à frente dos EUA em novo índice

Cálculo feito pelo Pnuma, braço ambiental da ONU, associa PIB, indicadores sociais e recursos naturais; proposta foi apresentada ontem

Simone Iwasso

ENVIADA ESPECIAL / RIO

Em ranking baseado num novo cálculo que associa riqueza dos países com uso dos recursos naturais divulgado ontem pelo Pnuma, braço ambiental da ONU, o Brasil aparece atrás da China e na frente de países como Estados Unidos e Canadá.

O resultado, porém, não indica um cenário nada otimista para a maioria dos países avaliados – China, Estados Unidos, África do Sul e Brasil aparecem como tendo esgotado significativamente seu capital base natural, termo usado para o conjunto de recursos renováveis e não renováveis, como combustíveis fósseis, florestas e pesca.

A proposta, batizada de Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), se propõe a integrar aspectos sociais e ambientais ao desempenho econômico das nações, se apresentando como um indicador a princípio mais completo do que o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medidas usadas para quantificar riqueza e desenvolvimento dos países.

O indicador foi apresentado ontem na Rio+20 como sugestão para mudar a maneira como o mundo mede suas riquezas, e a expectativa é de que, com o tempo, ele seja incorporado pelos países. O Pnuma pretende divulgar o IRI a cada dois anos.

Perdas. O relatório observou as mudanças em 20 países, que juntos representam quase três quartos do PIB mundial, de 1990 a 2008. Durante o período, os recursos naturais per capita diminuíram em 33% na África do Sul, 25% no Brasil, 20% nos Estados Unidos e 17% na China.

No Brasil, o período coincidiu com um momento de avanço do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, com a expansão do gado e da soja.

Das 20 nações pesquisadas pelo relatório, somente o Japão não sofreu diminuição do capital natural, por causa do aumen-



WILTON JUNIOR/AE

Ato tem nota de US\$ 1 trilhão

Cerca de 50 pessoas participaram de protesto em Copacabana contra os subsídios da produção de combustíveis fósseis. Os ativistas estenderam uma bandeira simbolizando uma nota de US\$ 1 trilhão – quantia que os governos gastam, por ano, em subsídios para combustíveis.

to da cobertura florestal.

“A Rio+20 é uma oportunidade para abandonar o PIB como medida de prosperidade no século 21. Ele não serve para medir o bem-estar humano, ou seja, as questões sociais e a situação dos recursos naturais de uma nação”, disse o diretor executivo do Pnuma, Achim Steiner.

Ele afirmou esperar que líderes mundiais olhem para esse indicador, levando-o para seus ministérios de desenvolvimento e planejamento como um parâmetro válido na definição de políticas públicas.

Para o professor Anantha Duraiappah, diretor do relatório, a proposta “representa o primeiro passo fundamental na mudança do paradigma econômico global, forçando os países a reava-

“O PIB não mede bem-estar humano, ou seja, as questões sociais e os recursos naturais.”

Achim Steiner, diretor executivo do Pnuma

liar suas necessidades e objetivos”. Ele ressalta que o cálculo é feito de forma bastante complexa, utilizando dados ambientais, sociais e econômicos dos países.

Sugestões. O relatório traz também várias sugestões para os países melhorarem seu Índice de Riqueza Inclusiva – uma das principais recomendações, válida para todos, é o investimento em reflorestamento, biodiversidade e diversidade agrícola.

O texto também diz que governos e organizações internacionais devem estabelecer programas de pesquisa para calcular os principais componentes do capital natural, particularmente ecossistemas. Cada país deve mapear e conhecer sua própria geografia natural.

MAPEAMENTO

● Novo cálculo apresentado pelo Pnuma leva em conta indicadores sociais, dados ambientais e a renda dos países

PAÍSES	Índice de Riqueza Inclusiva	IRI per capita	IDH
China	2,92	2,07	1,7
Quênia	2,85	0,06	0,4
Índia	2,66	0,91	1,4
Chile	2,56	1,19	0,7
Brasil	2,3	0,91	0,9
Ecuador	2,14	0,37	0,6
Alemanha	2,06	1,83	0,7
França	1,95	1,44	0,7
Estados Unidos	1,74	0,69	0,2
Venezuela	1,7	-0,29	0,8
Colômbia	1,62	-0,08	0,9
Arábia Saudita	1,57	-1,12	0,5
África do Sul	1,57	-0,07	-0,1
Austrália	1,41	0,12	0,3
Canadá	1,41	0,37	0,03
Noruega	1,33	0,66	0,6
Reino Unido	1,26	0,88	0,6
Japão	1,1	0,91	0,4
Nigéria	0,53	-1,87	1,3
Rússia	-0,5	-0,31	0,8

FONTE: PNUMA

Rio propõe a cidades meta de 12% de redução de gases

Ideia é que os 40 municípios participantes da Cúpula dos Prefeitos atinjam esse porcentual até 2016

Alfredo Junqueira / RIO

A prefeitura do Rio de Janeiro vai propor para as demais cidades participantes da Cúpula dos Prefeitos (C40) - evento paralelo da Rio+20 - que seja estabelecida em 12% a meta de redução das emissões de gases até 2016.

A proposta será apresentada a prefeitos e representantes das outras 39 cidades que integram o C40, além dos 18 municípios com status de convidados que também vão participar da reunião de cúpula na terça-feira. De acordo com o vice-prefeito e secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, o estabelecimento da meta será a principal sugestão do Rio durante a cúpula.

Os valores de redução propostos têm como base de comparação as emissões registradas em 2005.

Rio Clima também propõe revisão de variáveis do PIB

● Entre as principais recomendações elaboradas pelos participantes do Rio Clima, evento paralelo à Rio+20, destacam-se a revisão das variáveis que compõem o PIB, incluindo indicadores qualitativos relacionados ao desenvolvimento sustentável, o fim dos

subsídios aos combustíveis fósseis e a instalação de termômetros pelo mundo indicando diariamente a concentração de gás carbônico na atmosfera. A ex-ministra do Meio Ambiente Marina da Silva aproveitou para criticar a falta de propostas concretas na Rio+20. “Os apelos políticos de que não devemos ter expectativas altas são patéticos. O planeta está na UTI e estamos decidindo ficar até 2014 discutindo.” / PAULA BIANCHI

transportes. Ele citou como exemplo a implantação das linhas de ônibus articuladas e também os corredores exclusivos, chamadas de BRTs (Bus Rapid Transit).

“É possível que já consigamos implantar as novas linhas de BRTs com veículos usando combustível híbridos. Mas só de segregar a linha, tirar outras 30% a 40% de linhas convencionais existentes, reduzindo tempo e aumentando conforto, já é uma melhora sensível” disse.

Ele ainda citou parcerias com o governo estadual para melhorias no sistema metroviário, construção de ciclovias e política para restrição do uso de até automóveis.

‘Perdemos senso de compaixão’, diz vencedor do Blue Planet Prize

Dupla que criou conceito de pegada ecológica critica ganância da humanidade e rumos que a Rio+20 está tomando

Giovana Girardi

ENVIADA ESPECIAL / RIO

“Há 20 anos assumimos que poderíamos construir nosso caminho para a sustentabilidade. Essa foi a mensagem da Rio-92, mas desde então nada mudou. Só que o mundo está além do seu limite. Nós agora estamos usando mais produtos da natureza, mais peixes, mais florestas, mais

solos do que o planeta consegue suprir. Estamos despejando mais lixo do que pode ser assimilando. Claramente estamos em um caminho insustentável.”

Com essa frase, o ecólogo canadense William Rees definiu o cenário crucial que os negociadores da Rio+20 deveriam levar em conta ao decidir o chamado O Futuro que Queremos. Ele, no entanto, acredita que, pelo andar das discussões, o resultado da conferência acrescentará só mais uma “camada no bolo” do desenvolvimento sustentável, mas “não será o bolo inteiro”.

Rees e seu colega suíço Mathis Wackernagel receberam ontem o Blue Planet Prize, prêmio con-

cedido pela fundação japonesa Asahi Glass em reconhecimento à excelência alcançada em pesquisas científicas e em sua aplicação na busca de soluções para problemas ambientais globais.

A dupla elaborou o conceito de pegada ecológica – ferramenta que mostra o impacto do consumo humano sobre os recursos naturais do planeta. Também foi premiado o biólogo Thomas Lovejoy, famoso por seus estudos sobre danos da fragmentação da Amazônia na biodiversidade.

Em entrevista ao **Estado**, Rees, que há mais de 35 anos trabalha com esse tema, lembrou que as grandes mudanças sociais estiveram sempre relacionadas

a momentos de catástrofes. Mas que se não quisermos enfrentar outra, é urgente mudar os padrões de produção e consumo.

“Só que não queremos considerar a redistribuição da riqueza para resolver a pobreza, por exemplo. Porque isso significaria dividir, ter impostos justos, significaria o mundo corporativo contribuir mais com a sociedade”, disse. No modelo corrente global, em que favorecemos a ganância e o individualismo e perdemos o senso de comunidade e a compaixão de uns pelos outros, é muito difícil persuadir as pessoas que a coisa mais importante é cooperar pelos interesses mútuos em vez de competir para crescer mais.”

Wackernagel foi ácido em suas expectativas em relação à conferência. “Acho que há uma má compreensão entre a maior parte das delegações de que se não houver acordo, então seus



PAULO LIEBERT/AE

Vencedores. Lovejoy, Rees e Wackernagel na premiação

países não farão nada. Não temos um problema global, temos uma tempestade global. A questão é: seu barco está pronto para a tempestade? Não temos de ter

um acordo que diga que temos de fazer isso. Um país não tem de consertar o buraco no seu barco só se os outros o fizerem. Tem de consertar para não afundar.”